
PERSISTÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO NO PLANO DE LISBOA (1756-1786)

EURAU'12

ABSTRACT. This work presents an analysis of the urban form in terms of its public space for the Lisbon reconstruction plans (1756-1786). We show that the "plan permanence law" by Lavedan, is verified in diverse urban situations during the XVIII century. This work was carried out in an interdisciplinary methodology that combines different approaches ranging from History, Urban studies, and quantitative data analysis.

KEYWORDS. Public Space, Lisbon, Cartography, XVIII century, Lisbon Earthquake

Mafalda Teixeira de Sampaio*

**ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa
Escola de Tecnologias e Arquitectura
Av. das Forças Armadas
1649-026 Lisboa
Portugal
mafalda.sampaio@iscte.pt
+351 21 790 34 47*

1. Introdução

Observando a cidade contemporânea distinguem-se morfologias de padrão diverso que caracterizam vários momentos da história. A cada tecido urbano corresponde um tipo de espaço público com características peculiares, sendo possível identificar áreas mais densas que outras e morfologias diversas. Olhando de uma forma estratificada para o nascimento e evolução destes tecidos urbanos reconhecemos que a persistência do espaço público é um factor a ter em consideração.

A persistência do espaço público é salientada por vários investigadores (LAVEDAN, 1926. B: 91) (KOSTOF, 1992. 130) (CHUECA GOITIA, 1992. 32) (SAMPAYO, 2003. 44) (LARKHAM, 2005. 22). Lavedan intitulou-a de "lei da permanência do plano". Chueca Goitia reutiliza a expressão aplicada por Lavedan reforçando este fenómeno da perseverança do espaço público. Segundo Chueca Goitia: "*Os urbanistas estudaram aquilo a que chamaram lei da permanência do plano. A análise da evolução das cidades através do tempo levou à constatação de que, embora a edificação se transforme e seja substituída no decorrer dos anos, geralmente o plano permanece ou sofre muito poucas rectificações.*" (CHUECA GOITIA, 1992. 32).

Kostof também deu evidência à "reciclagem" dos espaços urbanos: "*The persistence of open space is one factor. A large public monument of one period with an open usable space may become a public square in another period, regardless of the shifts in the urban fabric during the interim.*" (KOSTOF, 1992. 130). A propósito desta constatação de Kostof, veja-se a permanência dos principais espaços abertos da Lisboa da segunda metade do século XVIII: a praça do Comércio e a praça D. Pedro IV (Rossio). Embora tenham sido geometrizados, com o plano do pós-terramoto, ocupam sensivelmente o mesmo "chão" há centenas de anos (o Rossio enquanto lugar de estar existe desde do período romano (era o lugar do circo) e o Terreiro do Paço evidencia-se desde 1511, quando D. Manuel transferiu a sua residência do Castelo de São Jorge para junto do rio), tal como teorizava Lavedan.

Assim sendo, ao construir a cidade actual devemos ser sensíveis às memórias dos sítios e às suas vivências. Borja alertando que a morte da cidade está relacionada fundamentalmente com o espaço público, considera primordial avaliar as políticas urbanas e entender como responder ao dilema analisando os projectos urbanos e vendo a consideração que merecem os espaços públicos nos mesmos (BORJA, 1998. 2).

No sentido de comprovar a persistência do espaço público escolhemos o projecto de Lisboa pós-terramoto e analisamos como evoluiu esta através da planta tardo-medieval para a cidade setecentista procurando as características de espaço público que se mantiveram presentes.

2. Metodologia

Com esta investigação desenvolve-se um método de análise da forma urbana onde são avaliadas as características estruturais e mais significativas da área urbana em análise (Lisboa setecentista). Para aferir o método procedemos ao estudo das plantas de Lisboa através de uma metodologia que segue três abordagens distintas: a história urbana, o desenho urbano e a avaliação quantitativa da forma urbana.

A investigação tem como base uma análise comparativa de vinte e cinco desenhos (incluindo cartografia relativa à situação anterior ao Terramoto) do processo de renovação da cidade de Lisboa pós-terramoto de 1755, com preocupações de observação do espaço público na compreensão do desenho urbano.

Na análise da forma urbana dos diferentes desenhos foi usado um software de desenho assistido por computador – CAD para medir o espaço público. Todas as medidas foram registadas em tabelas de Excel no sentido de serem analisados os desenhos comparativamente. A interpretação dos desenhos seguiu dois métodos interligados: uma análise urbanística e uma análise matemática.

A organização do trabalho de campo e preparação para a realização da leitura da forma urbana dos desenhos da reconstrução de Lisboa pós-terramoto passou primeiro por uma recolha de fontes primárias a que se seguiu uma análise comparativa.

A consulta nos arquivos foi fundamental porque foram descobertas cartas ainda não editadas e foi possível aferir a existências de cartas em duplicado como já tivemos oportunidade de o demonstrar (SAMPAYO e RODRIGUES, 2009. s/p).

A organização do trabalho de campo e preparação para a realização da leitura da forma urbana passou pelos seguintes passos:

- Pesquisa de fontes primárias e secundárias;
- Processo de investigação nos arquivos;
- Consulta de catálogos de cartografia;
- Processo de inventário e catalogação das cartas levantadas;
- Vectorização das cartas no Autocad;
- Normalização de escalas;
- Desenhos interpretativos da forma urbana;
- Quantificações dos elementos da forma urbana;

3. Espaço Público

Os espaços públicos existem desde que existem cidades ou aglomerados urbanos. O seu estudo nos aspectos da forma e função têm ocupado desde sempre aqueles que estudam a forma urbana. No entanto, a expressão “espaço público” é recente e polissémica. Apareceu em França no final dos anos 70 do século XX: *“A expressão espaço público, propriamente dita, parece surgir pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública nos bairros antigos, reagrupando numa mesma categoria, os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano, mas será retomada seguidamente em numerosos documentos e conhecerá um êxito crescente.”* (ASCHER, 1998. 172)

O conceito de espaço público, para além de ter vários significados, tem evoluído ao longo dos tempos, dependendo das pessoas, das épocas e das mentalidades. Podemos mesmo afirmar, que desde os tempos mais recuados que os espaços públicos são um reflexo imediato dos valores das sociedades: *“But even now, the public place is the canvas on which political and social change is painted.”* (KOSTOF, 1992. 124).

Merlin e Choay definem espaço público como a parte do domínio público não edificada, afecta a usos públicos (MERLIN e CHOAY, 2010. 317-319). Sendo o espaço público constituído pela propriedade e pela afectação do seu uso.

Como sabemos, para Lynch (1960) a estrutura do espaço urbano determina-se por cinco elementos visuais: os caminhos, os limites, os bairros ou distritos, os nós e os pontos de referência: "*The contents of the city images so far studied, which are referable to physical forms, can conveniently be classified into five types of elements: paths, edges, districts, nodes, and landmarks.*" (LYNCH, 1960. 46)

Dentro dos elementos visuais da forma da cidade, os mais nitidamente diferenciadores são as ruas e as praças, ou seja aqueles que definem o espaço público. Desta forma, "*os espaços públicos, ao estruturarem as malhas e os tecidos urbanos, devem também ser lidos enquanto elementos de uma rede organizadora do território urbano que estabelece hierarquias e ligações funcionais e espaciais, que permitem orientarmo-nos e lermos as cidades; alcançam ainda uma outra dimensão, que tem a ver com o seu valor simbólico e reverenciador.*" (SEIXAS [et al.], 1997. 60)

Estévez Encarnacion (1990) afirma que embora a rua seja o principal elemento de organização da cidade, a praça é o principal espaço, por ser o lugar da intersecção do sistema urbano e "nó" principal da cidade: "*El espacio urbano se divide en dos grandes categorías: espacio público y espacio privado. El espacio público es un espacio de uso colectivo, que constituye el eje interno de la ciudad: calles, plazas, zonas verdes... La calle es el primer elemento de organización de la ciudad, pero el espacio principal lo constituye la plaza, por ser el lugar de intersección del sistema urbano y "nodo" principal de la ciudad.*" (ESTÉVEZ ENCARNACION, 1990. 6).

Borja defende que o espaço público deve ter algumas qualidades formais como a continuidade do desenho urbano e a faculdade de se ordenar a si mesmo, a generosidade das formas, da imagem, dos seus materiais e a adaptabilidade a usos diversos através dos tempos (BORJA, 1998. 3). Os seus textos reflectem preocupações com a intervenção nos espaços públicos da cidade dos nossos dias.

Outra ideia forte nos textos de Borja (1998) é o espaço público ser capaz de articular as várias escalas da urbe, o bairro, a cidade, e mesmo a região metropolitana.

Borja considera a existência dos espaços públicos nos grandes projectos urbanos como um factor chave da capacidade criadora de cidade. Pelo menos por três razões principais (BORJA, 1998. 18-19):

- O espaço público é um meio muito eficaz para facilitar a multifuncionalidade dos projectos urbanos, pois permite diversidade de usos no espaço e adaptabilidade ao tempo.
- O espaço público é, em si mesmo, o mecanismo para garantir a qualidade relacional de um projecto urbano, tanto para os residentes, como para o resto dos cidadãos. Este potencial relacional deve ser obviamente confirmado pelo desenho urbano e logo verificado pelo uso.
- O espaço público é uma possível resposta ao desafio de articular o bairro (conjunto urbano mais ou menos homogéneo), a cidade-aglomeração e a região metropolitana. A continuidade dos grandes eixos de espaço público é uma condição de visibilidade e de acessibilidade para cada um dos fragmentos urbanos e um factor essencial de integração cidadina .

Do que ficou dito percebe-se que os espaços públicos correspondem aos espaços de circulação e aos espaços de permanência existentes numa cidade ou aglomerado urbano.

Os urbanistas agruparam estes espaços em duas grandes categorias morfotípicas: os espaços públicos lineares e os espaços públicos não lineares. Correspondendo os primeiros aos espaços de circulação, como ruas, travessas, etc; e os segundos aos espaços de estada, como largos, adros, praças, etc (SEIXAS [et al.], 1997. 55) (PEREIRA, 1996. 26-27).

Iremos de seguida analisar os espaços públicos não lineares na cartografia relativa ao plano de reconstrução de Lisboa.

4. Avaliação quantitativa dos espaços de permanência no plano de Lisboa pós-terramoto

Imediatamente após o terramoto Manuel da Maia seleccionou um grupo de engenheiros para apresentarem propostas para a renovação da parte baixa de Lisboa. Essas propostas foram entregues em 1756. São os planos 1, 2, 3, 4 e 6 guardados quer no Museu da Cidade, quer no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar. Uma das propostas foi escolhida (acredita-se que a de [1758]ⁱ corresponda ao desenho do plano 5 da responsabilidade de Eugénio dos Santos, como é dito por Manuel da Maia na sua dissertação (AIRES, 1910. 50)) e foi trabalhada ao longo da segunda metade do século XVIII, como comprovado pelas cartas analisadas nesta investigação.

Assim, reuniram-se todas as cartas relativas ao desenvolvimento do projecto durante a segunda metade do século XVIII e procedemos à análise do espaço público através dos espaços de permanência registados nestas cartas.

Foram analisados 23 espaços de permanência representados, com correspondência, em 12 desenhos urbanos de 11 conjuntos de cartas em análise : 1. Situação anterior ao terramoto (extraída do plano de [1758]); 2. Situação anterior ao terramoto (levantamento de Manuel da Maiaⁱⁱ que serviu de base às propostas de 1756); 3. Plano 1 (1756); 4. Plano 2 (1756); 5. Plano 3 (1756); 6. Plano 4 (1756); 7. Plano 6 (1756); 8. Plano de [1758]; 9. Plano de 1770; 10. Plano de [1777]; Plano de [Janeiro de 1786] e 11. Plano de Setembro de 1786.

Para a quantificação das áreas relativas aos espaços de permanência das várias cartas realizadas durante a execução do plano de renovação de Lisboa pós-terramoto foram colocadas as referidas cartas à mesma escala. Através de um exercício elaborado com o edificado, que não sofreu deslocações com o terramoto (convento de São Francisco, Sé de Lisboa, igreja de S. Cristóvão e igreja do Carmo), foi possível obter a medida do palmo para cada planta.

Após o exercício de normalização de escalas foi possível medir as áreas dos diferentes espaços de permanência. O quadro que se mostra na Figura 1 apresenta as áreas dos espaços de permanência nas cartas enumeradas acima.

Nome	Carta											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Terreiro do Paço	31128	34040	29265	33621	51780	25242	27282	34382	36052	33658	33426	32907
Rocio	16767	15585	15282	15381	15514	20212	15895	20548	18545	19506	18635	16518
Praça das Arrematações	6083	1010	1093	978	9477		6075	9977	5656	5568	10975	12214
Adro da Igreja e Convento de São Francisco	460	774	742	738	510	2835	3371	2814	1553	649	1385	1196
Largo do Carmo	1340	1518	1609	1562	1559	1766	1538	2859	2442	2659	2569	2569
Feira das Bestas	3102	3546	3695	3686	3595	3471	3405		2720	2935	2549	
Adro da Igreja de São Nicolau	1230	1256	1782	1616	1951	2928	2802		732	558	828	526
Largo do Pelourinho	976	542	834	848	983							
Adro da Igreja de Santa Justa	730	582	1872	1317	845	3208	1387		790	445	782	639
Adro da Igreja de S. António da Sé	659	1466	829	1569	1390	1393	1730	659	277	3812	1343	492
Adro da Igreja da Madalena	595	562	927	148	1297	1585	1042	1002	527	436	532	782
Adro da Igreja de S. Julião	417	426	2974	688		2959	617	9977	811	746	12204	10593
Largo do Magalhães	377	832	890									
Largo da Portagem	340	695		675	1010							
Largo do Conde de S. Vicente	320	378	555	780	1077	853			1384	1198	1652	1568
Largo do Aljubre	286	232	208	202	218							
Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	206	166	190	163	195	1421	1252	98	366	338	1209	122
Largo do Poço	196	150	264									
Adro da Igreja de Nossa Senhora da Vitória	180		1373	538	180	2042	455	449	92		110	356
Adro da Igreja da Boa Hora	135	280	210	206	187	219			25	293		
Adro da Igreja do Espírito Santo	118	70	80	76	129	112	140		172			
Praça da Palha	549	326										
Praça da Ribeira Nova									4020	7721		
TOTAL	66194	64436	64674	64792	91897	70246	66991	82765	76164	80522	88199	80482

Fig. 1 - Somatório da área dos espaços de permanência na cartografia de 1756 a 1786 (SAMPAYO, 2012, p. 429)

As cartas analisadas cobrem o período 1756 a 1786 e mostram a evolução dos espaços de permanência nos diferentes planos pós-definição do projecto [1758].

Da análise ao quadro da Figura 1 conclui-se que a maioria dos espaços de permanência existentes na cidade tardo-medieval (nº 1 e 2 do quadro em análise) são ponderados nos vários projectos apresentados entre 1756 e 1786. O projecto que omite maior número de espaços de permanência face à cidade tardo-medieval é o projecto de [1758] (nº 8 do quadro em análise). O que se justifica pelo menor número de igrejas propostas neste projecto e consequente ausência de adros. No entanto, é no projecto de [1758] e no de projecto de [Janeiro de 1786] que encontramos o somatório mais elevados de áreas de espaços de permanência, respectivamente 82765 m² para o projecto de [1758] e 88199 m² para o projecto de [Janeiro de 1786].

Os espaços de permanência da cidade tardo-medieval sem continuidade nas propostas de projectos no período 1756 a 1786 são: Largo do Pelourinho, Largo do Magalhães, Largo da Portagem, Largo do Aljubre, Largo do Poço e Praça da Palha). Estes espaços têm em comum serem espaços de pequena dimensão. Na planta da situação anterior ao terramoto (extraída do plano de [1758]) estes espaços variam numa área de 196 m² a 976 m². Na planta da situação anterior ao terramoto (levantamento de Manuel da Maia que serviu de base às propostas de 1756) os espaços de permanência em causa variam entre 150 m² a 832 m².

Continuando a analisar o quadro da figura 1 é perceptível que as quantificações de áreas dos espaços de permanência nas duas plantas relativas à situação anterior ao terramoto (nº 1 e 2 do quadro em análise) são na sua maioria próximas. Apenas registamos diferenças significativas nas áreas dos espaços de maiores dimensões: Terreiro do Paço, Rossio e Praça das Arrematações.

Ainda numa observação global à tabela em análise é perceptível: a grande divergência de áreas entre as principais praças (Terreiro do Paço, Rossio e Praça das Arrematações) e os restantes espaços de permanência; a variabilidade de dimensões de áreas dos espaços de permanência e a verificação de que a maioria dos espaços de permanência apresentam áreas inferiores a 2000 m².

É possível ainda estabelecer relações entre as cartas em análise através das medidas das áreas de permanência dos projectos. Assim é observável uma proximidade de áreas de espaços de permanência entre a situação anterior ao

terramoto e os planos 1 e 2 (nº 1, 2, 3 e 4 do quadro em análise), que se justifica na proximidade de desenho urbano das 1^{as} propostas do plano com a cidade tardo-medieval.

Consideramos ainda fundamental realçar a proximidade das áreas das grandes praças (Terreiro do Paço e Rossio) nas cartas relativas à cidade tardo-medieval e no projecto mostrado na carta de Setembro de 1786. Evidenciando esta proximidade uma leitura da cidade antiga por parte dos engenheiros setecentistas.

5. Conclusão

Procedemos à validação da persistência do espaço público através da leitura da cartografia relativa ao plano de reconstrução de Lisboa pós-terramoto (1756-1786) e comprovámos que muitos dos espaços de permanência (praças, largos e adros) provêm da cidade tardo-medieval.

Observámos que nas diferentes sugestões de projectos, os espaços de permanência têm continuidade e alguns deles apresentam áreas próximas às dos espaços de permanência da cidade tardo-medieval.

Desta forma, concluímos que o que mais caracteriza a cidade são os seus espaços públicos pela resistência à mudança e pelo elevado poder de persistência ao longo dos tempos.

6. Bibliografia

AIRES, Cristóvão. *Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755*. Lisboa, Imp. Nacional, 1910.

ASCHER, François. *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta Editora, 1998 (1ª Ed. 1995).

BORJA, Jordi. Ciudadania y espacio público. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. Caracas 12 (1998). pp. 1-11.

CHUECA GOITIA, Fernando. *Breve história do urbanismo*. Lisboa, Editorial Presença, 2003 (1982).

ESTÉVEZ ENCARNACION, Cervera. *La plaza: tipología, planificación y evolución estética y social, en la historia de la ciudad occidental*. Barcelona, Universidad Barcelona Bellas Artes, 1990. Tese de Doutoramento.

KOSTOF, Spiro. *The city assembled – the elements of urban form through history*. Londres, Thames and Hudson, 1992.

LARKHAM, P. J.. Understanding urban form? *Urban Design*. n.º 93 (2005).

LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme*. Paris, Henri Laurens, éditeur, 1926.

LYNCH, Kevin. *The image of the city*. 1ª edição. England, The M.I.T. Press, Cambridge, Massachusetts, and London, 1960.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (dirs.). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. 3ª Edição. Paris, PUF, 2010.

PEREIRA, Luz Valente. *A leitura da imagem de uma área urbana como preparação para o planeamento/acção da sua reabilitação*. Lisboa, Lnec, 1996.

SAMPAYO, Mafalda Teixeira de. Construir Cidade com Espaço Público. *Waterfornts of Art III - Public Art & Urban Design: Interdisciplinary and Social Perspectives*. Barcelona, Centre de Recerca Polis da Universitat de Barcelona (2003). pp. 44-46.

SAMPAYO, Mafalda Teixeira de; RODRIGUES, David. The five plans for the aftermath of 1755 Lisbon earthquake: the interplay of urban public spaces. In *Urban morphology and urban transformation*. Guangzhou - China, ISUF, 2009.

SAMPAYO, Mafalda Teixeira de. *Forma urbana da parte baixa de Lisboa destruída. Análise e avaliação da cartografia (1756-86)*. Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2012. Tese de Doutoramento.

SEIXAS, Ana, et al.. *Ternos passeios: um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa, Instituto de Promoção Ambiental/IPAMB e Câmara Municipal de Lisboa, 1997.

VITERBO, F. M. de Sousa. *Dicionário histórico documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa, 1904.

7. Biografia breve

Mafalda Teixeira de Sampayo é Professora Auxiliar no Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa, e investigadora no Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitectura desta instituição. Licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, obteve o grau de Mestre em Desenho Urbano pelo ISCTE em 2002 e concluiu o Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo em 2012, pela mesma instituição (ISCTE/IUL). A sua investigação foca principalmente o estudo da história urbana e do desenho urbano com destaque para os períodos medieval e setecentista.

ⁱ Existem algumas incertezas relativamente a certas datas da cartografia relativa ao processo do plano de reconstrução de Lisboa pós-terramoto. Quando não existem factos que justifiquem a data de origem da carta em estudo são usados parênteses rectos []. Possivelmente a carta de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel é de 1758 e diz respeito ao Plano de 12 de Junho desse mesmo ano.

ⁱⁱ É possível que a carta da situação anterior ao terramoto cedida por Manuel da Maia aos engenheiros que colaboraram no plano de Lisboa pós-terramoto seja uma cópia do levantamento entregue por este a D. João V em 1718. Segundo Viterbo D. João V encomendou a Manuel da Maia em 1713 a planta de "ambas as cidades de Lisboa ocidental e oriental". Trabalho desenvolvido em cinco anos (1713-1718) (VITERBO, 1904. 126)